

Maria Helena (Nena): História Migratória de Sucesso com Aroma do Patchouli do Pará

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.222.11>

Ana Piedade

Laboratório de Animação Territorial, Universidade Politécnica de Beja, Beja, Portugal/Centros em Rede de Investigação em Antropologia, Universidade Politécnica de Beja, Beja, Portugal/Associate Laboratory for Research and Innovation in Heritage, Arts, Sustainability and Territory, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-6203-9424>
alavado@ipbeja.pt

António Carloto

Laboratório de Animação Territorial, Universidade Politécnica de Beja, Beja, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-9132-0223>
acarloto@ipbeja.pt

Bárbara Esparteiro

Laboratório de Animação Territorial, Universidade Politécnica de Beja, Beja, Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-5271-9995>
barbara.esparteiro@ipbeja.pt

Resumo

Em 1966, nascia Maria Helena (Nena), em Belém do Pará, terra do açaí e do tacacá. Filha de Benedito, Bené, e de Maria da Graça, Gracinha, cresceu com três irmãs e três irmãos e, sendo a caçula, tinha fama de refilona e de Maria-rapaz. Desde criança, adormecia a ouvir histórias lusas, contadas pela avó portuguesa, a vovó Tonica. Adorava chapinhar nas águas do rio Pará, nos igarapés. Escalava árvores, observava bichos e desbravava Abaetetuba... Cresceu, fez o seu percurso académico em terras de Belém do Pará, a licenciatura na Universidade Federal do Pará e... não parou!

Com dois filhos, sangue índio movido pela força das águas do Pará e do Igarapé, e embalada pela voz da vovó Tonica, aventurou-se no sonho de atravessar o oceano e

aportou em Lisboa, para fazer o doutoramento. Entre livros e bicas lisboetas, conheceu o seu Tomás, alentejano de Beja, e por cá ficou, a escrever a sua história. Maria Helena, Lena, Nena, ou Professora Helena, dependendo de quem por ela chama, em casa ou no Instituto Politécnico de Beja, onde leciona, é uma belenense-alentejana, que, entre cá e o sentir de lá, encontrou, na diáspora, o seu lugar na terra da vovó Tónica.

Palavras-chave

migração, sucesso, interculturalidade

Introdução

As migrações contemporâneas colocam desafios estruturais às sociedades de acolhimento, que ultrapassam largamente as dimensões demográfica, económica ou administrativa, incidindo de forma particular sobre os domínios das relações interculturais, da produção de pertenças e da gestão social da diversidade. Em contextos marcados por mobilidades transnacionais, persistência de desigualdades globais e legados pós-coloniais, os processos de integração revelam-se profundamente atravessados por assimetrias de poder, representações sociais hierarquizadas e mecanismos subtis de exclusão. Nestes cenários, a integração de populações migrantes não pode ser compreendida apenas como adaptação funcional, exigindo antes a análise das dinâmicas simbólicas e relacionais que estruturam os encontros interculturais.

Neste enquadramento, a mediação intercultural afirma-se como um dispositivo analítico e operativo central, na medida em que permite problematizar os processos de comunicação, reconhecimento e negociação cultural em contextos de diversidade. Longe de se restringir à resolução pontual de conflitos, a mediação intercultural deve ser entendida como prática estruturante de intervenção social e institucional, particularmente relevante em contextos territoriais de menor dimensão, onde a proximidade social tende a intensificar tanto os mecanismos de exclusão como as possibilidades de construção de relações interculturais mais equitativas.

Do ponto de vista metodológico, as narrativas biográficas constituem uma abordagem privilegiada para o estudo das migrações, ao permitirem aceder às dimensões subjetivas, simbólicas e relacionais da experiência migratória, frequentemente ausentes das abordagens quantitativas ou macroestruturais. No campo dos estudos migratórios, a análise das histórias de vida de mulheres migrantes tem evidenciado a necessidade de uma leitura interseccional, capaz de apreender a articulação entre género, nacionalidade, classe social e capital académico na produção de vulnerabilidades, mas também de estratégias de agência e resistência. O seu percurso evidencia que a posse de elevado capital intelectual não constitui, por si só, garantia de reconhecimento pleno, sendo frequentemente atravessada por estereótipos de género e nacionalidade, particularmente associados às mulheres brasileiras, e por hierarquizações implícitas entre espaços centrais e periféricos de produção de conhecimento.

Propõe-se uma leitura de natureza antropológica que articula migração, identidade, gênero e pós-colonialidade, evidenciando como os processos de integração se constroem em espaços de negociação cultural marcados por desigualdades estruturais persistentes. Neste contexto, a mediação intercultural é mobilizada enquanto enquadramento analítico fundamental para compreender os conflitos simbólicos, os mal-entendidos comunicacionais e os processos de estigmatização que atravessam a experiência migratória, bem como para refletir sobre as condições de possibilidade de práticas institucionais mais inclusivas.

Argumenta-se que a fragilidade ou inexistência de dispositivos de mediação intercultural contribui para a reprodução de estigmas, para a desvalorização do capital humano migrante e para a consolidação de formas subtis de exclusão social, sobretudo em contextos territoriais de menor densidade urbana, como o da cidade de Beja. Em sentido inverso, a institucionalização de práticas de mediação intercultural surge como condição necessária para promover processos de integração assentes no reconhecimento da diversidade, na equidade relacional e na coesão social, em consonância com os princípios de justiça social que informam as políticas públicas contemporâneas.

Procura-se contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre migração feminina qualificada em Portugal, ao mesmo tempo que se sublinha a centralidade da mediação intercultural enquanto eixo estruturante da análise académica e das práticas institucionais de integração, em coerência com as conclusões apresentadas.

Enquadramento Teórico-Metodológico

O presente trabalho integra-se numa investigação mais vasta, cujo tema se prende com processos migratórios no contexto do concelho de Beja e, mais precisamente, na cidade de Beja. Baseia-se numa abordagem qualitativa e exploratória. A recolha de informação fez-se essencialmente através da recolha de narrativas de vida, de entrevistas em profundidade e de conversas exploratórias. Cruza-se a dimensão empírica com as questões teóricas, ancoradas em vasta produção científica nacional e internacional e que nos remetem para os campos da antropologia, sociologia e mediação intercultural.

Do ponto de vista metodológico, as narrativas autobiográficas e biográficas têm sido valorizadas como forma de tornar visíveis experiências, afetos e tensões identitárias que não emergem em abordagens puramente quantitativas. Estudos recentes com mulheres brasileiras migrantes mostram como cartas, entrevistas em profundidade e relatos de vida permitem compreender motivações, obstáculos, redes de suporte e estratégias de “fazer casa” em contextos de chegada, articulando maternidade, trabalho e militância em molduras transnacionais.

A bibliografia identificada e trabalhada, permitiu mobilizar conceitos centrais de autores como Bhabha (1994/1998), “hibridez” e “terceiro espaço”, Hall (2003), “identidade” como processo, Clifford (1997/2010), antropologia da experiência, Ortner (1996),

“agência feminina”, e Goffman (1963/1981), “estigma”, articulando o biográfico com o estrutural e conferindo à abordagem sustentação teórica.

A História de Vida de Maria Helena

Maria Helena, conhecida como Nena, Lena ou Professora Helena, representa uma história de sucesso com aroma de patchouli do Pará, narrando o percurso de uma imigrante brasileira, assistente social, que realiza o sonho de doutorar-se e lecionar no ensino superior em Portugal.

Nascida a 5 de novembro de 1966, numa manhã chuvosa, em Belém do Pará, Maria Helena é a quinta filha de Benedito, conhecido por Bené, oficial da Marinha do Brasil, e de Maria da Graça, a Gracinha, professora. A sua infância decorre na travessa Curuzu, bairro da Pedreira, entre brincadeiras, futebol, voleibol e explorações de igarapés. Com espírito livre, deu asas à imaginação em cima da bicicleta e viveu aventuras na mata, como no dia em que se perdeu, com as irmãs e irmãos, entre cobras e lama.

Cresceu com três irmãs e três irmãos. Sendo a mais nova, caçula, como refere, era refilona e Maria-rapaz, desbravando rios como o Pará e Abaetetuba. O sangue português, da avó materna, misturado com sangue índio, da avó paterna, tornaram-na desde cedo uma ponte de culturas, tão natural como percorrer os rios e explorar-lhes as margens.

Adolescente, viveu o mundo do *Dancin' Days*. Desfilou pelas ruas e areais com roupas coloridas e sonhos de atriz, apesar do pai, pouco conservador e com ideias desempoeiradas, a alertar para os perigos destes comportamentos, modernos demais para o gosto da ditadura.

Conheceu o pai dos seus dois filhos, um homem mais velho do que ela, dentista, e que pela diferença de idades, pouco agradou aos pais. Não era esse o genro com quem haviam sonhado, mas Nena estava decidida e fugiu de casa em protesto, mas apenas por uma noite, pois não aguentou a saudade e a mais do que certa preocupação dos pais. Voltou, casaram-se com o beneplácito familiar e nasceram Ronaldo e Leonardo. Ronaldo acompanhava-a em passeatas e movimentos estudantis. Leonardo, Leo, viveu o tempo de mestrado da mãe e os movimentos sociais: contra o trabalho infantil, contra a violência doméstica e contra tudo o que a mãe via como injustiça. Valeu a pena! Saiu desses movimentos a proibição do trabalho infantil doméstico, dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8079 de 1990.

O casamento foi breve. O marido morreu cedo e as crianças, ainda pequenas, fizeram-na mãe e pai. Viúva, assumiu sozinha a educação dos filhos, ensinando-lhes desportos como ténis, futebol e natação, e, mais tarde, já adolescentes, dando-lhes conselhos sobre namoros. Foi pai, mãe e amiga, sempre com eles e por eles. Também por eles, por si e pelas gerações que nela convergem, nunca desistiu de sonhar. E sonhar significava, sobretudo, estudar.

Licenciou-se em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, fez especialização e mestrado, sempre sonhando com o doutoramento. Militante, levava o filho Ronaldo às reuniões sindicais e às assembleias da universidade, instilando nos filhos e em quem com ela se cruzava, diz, valores, reivindicação de direitos e exercício de cidadania. A militância ativa manteve-se no seu quotidiano, mas cada vez mais afastada do envolvimento partidário. A atividade de intervenção comunitária persistiu, a ligação à política partidária nem por isso.

A par do sonho de se doutorar na Europa, existia outro: conhecer, e eventualmente viver, o país de que desde cedo se habituara a ouvir histórias de encantar, mas também de justiça e de exemplo. Recordava as palavras sobre o luar e as canções de embalar que a velha avó portuguesa entoava para a adormecer, e dos odores lusos dos cozinhados que a briza lhe levava nas tardes de brincadeira. Também a Dona Mimi (Arminda), avó paterna dos meninos, reforçou este encontro, sendo portuguesa de Melgaço. Portugal foi, pois, o seu destino — tinha de ser, vivia na rua de Santarém e o seu marido tinha o consultório na rua de Melgaço.

Aventurou-se para Lisboa, adaptando-se devagar à culinária tão variada e tão diferente do pato no tucupi, da maniçoba, do tacacá e do açaí “com tudo”! Enfrentou costumes diferentes e preconceitos, bastantes, contra migrantes brasileiros, que ser mulher sozinha em Portugal tocava sinais de alarme: “aqui, para estudar?! Ah, pois... está bem!”. Rasgou estereótipos, como doutoranda brasileira, mudou de instituição, persistiu na investigação e completou o percurso académico. Espera ansiosa, a discussão da tese, para cumprir o sonho.

Em Lisboa, num café perto da universidade, enquanto lia apontamentos das aulas de doutoramento, reparou que um português reparava nela. Começaram a conversar entre um cafezinho e um livro e apaixonou-se por Tomás, alentejano de Beja, que se tornou seu porto seguro, unindo Amazónia e Baixo Alentejo. Os filhos, entre o cá e o lá, criaram raízes e um deles fez dela avó de uma Olívia de caracóis louros, louca por Nena e com “feitiozinho de capeta”, sem a qual ela já não passa.

Em 2010, quando chegou, habituada ao “oi!” como saudação e para chamar a atenção dos passantes, para solicitar qualquer informação, estranhou a reação dos portugueses: ignoravam e passavam, franzindo o sobrolho. Ninguém lhe disse onde ficava o Instituto Universitário de Lisboa, onde iria estudar. Com a colega também brasileira, que a acompanhava, e, à boa maneira de Nena, não se intimidou. Olhou para a situação com humor e riu-se até cair (seria nervoso ou seria incómodo?). A colega, de mãos na cabeça, olhava-a sem perceber. Ninguém percebia, nem o agente que se aproximou dela pensando que tinha caído e lhes disse onde ficava a universidade.

A entropia na comunicação foi sendo ultrapassada e do seu discurso foi desaparecendo o “oi”, o “olha, moça”; substituiu a palavra “broche” por “pregadeira”; deixou de identificar os armários das painéis como “painelheiros”; habituou-se a ficar na *bicha*, sem se escandalizar! Trocou a “ficha” do Brasil (tampa da garrafa e fichas para o telefone) pela de Portugal (tomada); trocou “calcinha” por “cueca” (que no Brasil é de homem) e “camisola” por “camisa de dormir”; trocou o “ventilador” por “ventoinha”;

o “esparadrapo” por “penso”; o “band-aid” por “penso rápido”; a “geladeira” por “frigorífico”; o “banheiro” por “casa de banho”; o “ônibus” por “autocarro”; o “trem” por “comboio”. No Instituto Politécnico de Beja, a “lista de chamada” passou a “pauta”. Mas entendemo-nos!

A relação entre estudantes de doutoramento portuguesas e brasileiras não foi fácil. Grassava a desconfiança e o bairrismo português, diz Helena. Quando os estudantes brasileiros tentavam explicar como funcionavam alguns serviços no Brasil, a resposta era: “e lá funciona tudo melhor do que cá?”. E sentia que artigos e livros escritos por investigadores brasileiros eram menos considerados que outros, portugueses e de outras nacionalidades. Os brasileiros que chegam para fazer doutoramento em Portugal formam um grupo à parte, pois não é fácil integrar brasileiros e portugueses, não obstante as tentativas dos docentes. A produção de conhecimento não se generaliza – estigma e estereótipo estendem-se ao mundo académico. Em Portugal, vai-se buscar experiências de outros países da Europa, mas a América Latina é esquecida. Será a tensão entre Norte Global e Sul Global? Helena deixa no ar muitas perguntas e afirma que não se trata de ter modelos melhores ou piores, mas diferentes; que não se trata de escamotear corrupção, mas de compreender e discutir modelos sociais e, em última instância, de pensar criticamente a realidade.

Chegada a Beja, a integração não foi fácil: entre o atendimento com sete pedras na mão, feito por uma funcionária do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, quando trouxe dos documentos, com o seu visto de estudante, até às mulheres dos amigos do companheiro (depois marido). Ainda hoje, algumas a ignoram. Helena não entendia o que se passava até lhe referirem que, durante algum tempo, em Portugal, muitas mulheres brasileiras, chegadas sozinhas ou em grupos apenas de mulheres, atuavam como acompanhantes e prostitutas. No caso de Beja, uma cidade de pequena dimensão, foram vários os casamentos de muitos anos terminados por causa de relações mantidas com mulheres brasileiras, primeiro à distância, através de sites de encontros, e depois, com a chegada delas, o início de uma relação assumida. Numa cidade pequena, onde as pessoas se conhecem, as histórias circularam, exacerbaram-se e a segregação surgiu. Helena questiona-se se seria racismo ou apenas medo. O certo é que, durante algum tempo, o estigma e o preconceito mantiveram-se. Atualmente, casada, integrada na comunidade e com amigas entre a comunidade brasileira, mas sobretudo portuguesa, refere que a situação está ultrapassada – afinal chegou a Portugal há 16 anos e, entretanto, muita coisa mudou, sobretudo em Beja. Quem a ignora, diz Helena, fá-lo por vergonha, constrangimento ou algo pessoal que tomou como ofensa.

Hoje, aos 59 anos, leciona na licenciatura e no mestrado de Serviço Social do Instituto Politécnico de Beja, partilhando experiências de vulnerabilidade vividas na diáspora. É sobretudo com os estudantes que partilha estas experiências. Continua a lutar por direitos, sobretudo das minorias, fala-lhes de direitos e de preconceitos relativamente aos grupos LGBTI e de como o serviço social pode ter um papel empoderador destes públicos (o tema da sua tese), das políticas públicas, de ética e da vida em ação. Procura promover o pensamento crítico e tornar as aulas, como refere, em espaços de reflexão e crescimento.

Nena é hoje uma Belenense-Baixo-alentejana, múltipla nas suas identidades diferentes, complementares e compósitas, que vive bem entre as memórias amazónicas, os aromas de patchouli do Pará e as paredes de cal de Beja. Neta, filha, mulher, mãe, avó, Nena partilha os mundos, na diáspora e da diáspora, com família e amigos de várias nacionalidades. Agora, também Beja é a sua raiz.

A narrativa biográfica de Maria Helena oferece uma janela etnográfica privilegiada para analisar, sob uma perspetiva antropológica, as interseções entre migração, identidade híbrida, género e dinâmicas pós-coloniais entre Brasil e Portugal. A sua trajetória ilustra processos de deslocamento, resistência e reinvenção cultural (Lechner, 2014). Encarna, simultaneamente, a vulnerabilidade e a capacidade de agência, que emerge de ações concretas que reproduzem ou transformam relações de poder (Ortner, 1996), a dor e a reinvenção, a perda e a criação de novas raízes. Ao articular Amazônia e Alentejo, Brasil e Portugal, família e universidade, Nena torna visível o carácter relacional e processual das identidades e das pertenças em contextos diaspóricos. Como nos dizem alguns autores (Clifford, 1997/2010; Clifford & George, 1986/2016; Hall, 2003), pensar a diáspora e a identidade exige partir de histórias concretas, situadas, que exponham contradições, tensões e ambiguidades. A narrativa de Nena é precisamente uma dessas histórias, onde o “cheiro a patchouli do Pará” e as “paredes de cal de Beja” não são apenas imagens poéticas, mas símbolos de uma vida que se faz no cruzamento de mundos, desafiando fronteiras e propondo novas formas de coabitar a diferença.

Narrativas, Género e Interseccionalidade na Migração: Estereótipos e Preconceitos

A investigação sobre migrações tem vindo a incorporar, de forma crescente, o género como categoria central de análise, colocando o foco na problemática da invisibilidade histórica das mulheres enquanto sujeitos migratórios, remetendo-nos, nas palavras de Crenshaw (1989), para a interseccionalidade na migração, ou seja, para a sobreposição de opressões ou “cruzamento de opressões”. Estudos de género e migração sublinham que não se trata apenas de “incluir” mulheres na análise, mas de compreender como masculinidades e feminilidades são produzidas, negociadas e reconfiguradas nos processos de deslocamento, redefinindo papéis familiares, laborais e políticos.

A abordagem interseccional destaca que o género nunca atua isoladamente, sendo continuamente atravessado por outros marcadores sociais, como classe social, capital intelectual (Bourdieu, 1986; Edvinsson, 1997; Vaz et al., 2015), etnia, nacionalidade e geração, por exemplo. No caso de mulheres latino-americanas em mobilidade, estas interseções revelam-se particularmente relevantes, dada a incidência de estereótipos que as associam à hipersexualização, ao trabalho precarizado e a suspeitas morais, o que condiciona o acesso a direitos e oportunidades, bem como condiciona a forma como são percebidas nas sociedades de acolhimento.

O *Relatório Anual 2022* da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (2023) refere que “o fator de discriminação mais comumente identificado nas queixas reportadas, destaca-se a Nacionalidade (...) (51,7%), seguindo-se a Cor da Pele (15,3%) e, com menor expressão, a Origem Racial e Étnica (5,5%)” (p. 16). A mesma fonte indica que foram identificadas 168 queixas por parte de pessoas de nacionalidade brasileira (34,2%) e tiveram como alvo sobretudo pessoas de sexo feminino (49,4%). As situações reportadas ocorreram maioritariamente nos distritos de Lisboa (28%) e Porto (20,2%), embora outros contextos territoriais tivessem igualmente registo de situações análogas. Quanto aos contextos onde as situações de discriminação tiveram lugar, eles são muito diversificados, contudo, destacam-se situações no comércio (15,5%), entre vizinhança (11,9%), do foro privado (10,7%) ou laboral (10,7%).

Maria Helena, tal como muitas outras mulheres brasileiras com uma história migratória de sucesso em Portugal, encaixam no conceito de “capital intelectual”, proposto em 1969 por Galbraith (Vaz et al., 2015). O autor introduziu o termo ao refletir sobre o comportamento humano que consistia em usar o pensamento, colocando-o em ação como uma forma de capital, ou seja, indo além do simples conhecimento ou “intelecto puro”. Num contexto económico em que o saber passava a ser o principal fator de produção e de vantagem competitiva, nos processos migratórios destas mulheres (mas, também, de homens), as qualificações académicas permitem ascender não apenas a empregos qualificados, mas, sobretudo, a elevado reconhecimento social. Vão, portanto, eliminando, ou atenuando, pelo menos, os pré-conceitos e preconceitos ligados “às mulheres brasileiras”.

Frequentemente, as mulheres brasileiras migrantes em Portugal, em especial as que migram sem enquadramento familiar, têm vindo a confrontar-se com preconceito e discriminação. De resto, estes aspetos encontram eco na literatura científica em Portugal, sobretudo a que é produzida por mulheres (Costa, 2023; Cunha, 2005; Posch & Cabecinhas, 2020; Queiróz et al., 2020). O aumento de cidadãos imigrantes brasileiros em Portugal tornou consideravelmente mais evidentes os estereótipos e os preconceitos relativamente ao Brasil e os brasileiros, sobretudo no caso das mulheres. Muitas delas, no contexto português e especificamente na cidade de Beja, foram estereotipadas e vivenciam situações de discriminação específicas, relacionadas com as representações sociais dos seus corpos, a que as notícias dos média e as transmissões do Carnaval do Rio não foram alheias (Cunha, 2005), exacerbadas por situações pontuais de casamentos arruinados e infidelidade, do desejo de casamentos por conveniência e da feminização dos movimentos migratórios oriundos do Brasil. A percentagem de mulheres – muitas delas tendo imigrado sozinhas –, entre os imigrantes brasileiros, a residir legalmente em Portugal é de 53,8%, portanto, ligeiramente superior aos homens (46,2%), de acordo com dados de relatórios da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (2025).

Em 2025, a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (2025) reportou 484.596 brasileiros com autorização de residência válida em 31 de dezembro de 2024, representando sensivelmente 31% dos 1.543.697 estrangeiros residentes. A comunidade

brasileira no distrito de Beja representa cerca de 16,9% dos 4.305 estrangeiros residentes no Baixo Alentejo (PORDATA, 2021), concentrando-se em agricultura, construção e hotelaria, atraídos pelo regadio do Mira e Alqueva. É frequente que as capacidades intelectuais, as competências e as qualificações profissionais das mulheres brasileiras sejam desvalorizadas (Costa, 2023). As principais áreas de formação académica das mulheres imigrantes brasileiras, em Portugal, incluem ciências da saúde (enfermagem, medicina), administração/negócios, ciências humanas/sociais (educação, psicologia), engenharia/arquitetura e comunicação, com predominância de níveis pós-graduados, como mestrado ou doutoramento. De acordo com relatórios oficiais (Centro Internacional de Investigação em Migração e Diáspora Académica Brasileira, 2025), o perfil destas mulheres é altamente qualificado (70% das mulheres na diáspora científica possuem formação pós-graduada). De acordo com o mesmo relatório, aproximadamente metade dos trabalhadores altamente qualificados exerce funções em setores diferentes da sua formação inicial. Essa realidade pode refletir dificuldades de inserção nas redes profissionais de Portugal, além de adaptações compulsórias de trajetória profissional, motivadas pela necessidade imediata de rendimento, o que direciona especialistas para postos genéricos ou áreas que não requerem credenciais específicas. Esse padrão gera impactos significativos no uso do capital humano dos migrantes: indivíduos com competência técnica e científica, que atuam fora de sua especialidade, configurando uma perda potencial para o país de origem, via “fuga de cérebros”, e para Portugal, que não explora integralmente as competências desses profissionais.

No caso da cidade de Beja, algumas migrantes brasileiras, com qualificações académicas ao nível de licenciaturas e mestrados, têm vindo a manter-se desempregadas, em trabalhos precários e abaixo das suas qualificações ou optaram por rumar a localidades maiores ou com mais oportunidades. A condição de imigrante brasileira pode, portanto, limitar o acesso a postos de trabalho (Vaz et al., 2005) e dificultar a inserção destas mulheres em áreas compatíveis com a sua formação e qualificação, conduzindo-as, com frequência, para setores associados ao estereótipo da “brasilidade”, como os de limpeza, atendimento ao público, comércio e cuidados pessoais (Padilla, 2006). A etnização do mercado de trabalho assume, nesse contexto, características particulares, frequentemente associadas aos domínios do sexo e do erotismo, o que influencia negativamente a sua experiência laboral e quotidiana. Assim, o processo de estigmatização das migrantes brasileiras, relacionado com a perceção de maior disponibilidade sexual, simpatia, submissão e alegria (a “brasilidade”), constrói-se a partir de estereótipos amplamente difundidos e que lhes estão socialmente associados.

O trabalho que Helena desempenha proporciona-lhe realização pessoal e constitui-se como empoderamento pessoal, demonstrando que o sonho e a perseverança podem mudar vidas e, neste caso, torná-la agente ativo dessa mudança, rompendo estereótipos e percepções negativas. A remuneração deixa de constituir o único objetivo (embora importe para não depender a não ser dela) e torna-se a recompensa por um trabalho qualificado, para o qual a educação é o principal requisito de acesso. Para Helena, o prestígio é mais importante do que o rendimento, e o capital simbólico

(Bourdieu, 1986), isto é, o reconhecimento social que transforma propriedades e recursos em “marcas de distinção”, conferindo o poder de imposição de uma visão legítima do mundo, passa a fazer parte da sua persona. Os “lucros de distinção”, obtidos no campo social da comunidade e da família, legitima-a para replicar e perpetuar o modelo nas gerações seguintes, assegurando aos filhos a melhor educação possível. É o que fez relativamente a ambos os filhos, insistindo que eles tenham habilitações, pelo menos, ao nível de mestrado.

Maria Helena acumula o capital social através de investimento contínuo em relações sociais duráveis, baseadas em confiança, reconhecimento e obrigações mútuas ao longo do tempo (Bourdieu, 1986), nomeadamente, construindo uma rede de colegas no Instituto Politécnico de Beja; de amizades com familiares e amigos do marido e com conterrâneos do Brasil. Estas redes permitem-lhe a integração simultânea em diferentes grupos e na comunidade de acolhimento, construindo identidades e pertencas múltiplas (Maalouf, 1998/2002). A história de vida de Helena, e a sua experiência migratória, está em linha com as ideias principais que Amin Maalouf (1998/2002) explora no seu ensaio *Identities Assassinas*, quando nos diz que a identidade humana é inerentemente composta e multifacetada, em vez de singular ou redutora. Também a identidade de Helena emerge de uma mistura única de nacionalidades, línguas, culturas e experiências. O autor alerta que forçar as pessoas a assumirem uma característica dominante promove o tribalismo e a violência e, neste caso, acrescentamos, resultaria numa “não-identidade”, isto é, apenas diferença e devir.

Identidade, Mestiçagem Cultural, Migração e Reconstrução Identitária

A origem de Nena, marcada pela herança luso-indígena, simboliza a hibridização cultural característica da Amazônia brasileira. Este cruzamento torna-se matriz interpretativa da sua trajetória: ela personifica uma ponte entre mundos, o amazónico e o alentejano; Sul Global e o Norte Global. A mestiçagem, aqui, não é apenas biológica, mas sobretudo cultural e simbólica, manifestando-se nos odores, sabores, expressões linguísticas e práticas quotidianas que transporta e reinventa em Portugal.

O desejo de realizar um doutoramento na Europa e o fascínio pelas memórias transmitidas pela avó portuguesa despertaram o sonho de viver em Portugal. A chegada a Lisboa marcou um período de adaptação cultural e enfrentamento de preconceitos de género e nacionalidade. Como mulher brasileira e viúva, enfrentou estereótipos e desconfianças sociais, desafiando normas e abrindo caminhos na academia portuguesa. A perseverança e o compromisso com a investigação social permitiram-lhe completar o doutoramento, consolidando não apenas uma realização académica, mas também uma reconfiguração identitária, onde o “ser brasileira” se conjuga com o “pertencer a Portugal”. A sua identidade, como de resto, sucede com as identidades, evoluiu ao longo do tempo e inclui lealdades à nacionalidade, profissão, grupos sociais, entre outros, pelo que nunca é absoluta e intemporalmente, fixa ou hierárquica (Maalouf, 1998/2002). O processo de identificação, como refere Hall (2003), envolve

projeção e internalização de significados culturais, tornando-se variável e problemático em contextos de globalização. O autor enfatiza que as identidades surgem da “marcação da diferença e exclusão” (p. 85), nunca unificadas, e podem ser ganhas ou perdidas, portanto, resultam de contextos e sentimentos de alteridade, implicando a conceção de “identidade” como um processo dinâmico e não como uma essência fixa ou estável.

Bhabha (1994/1998) desenvolve conceitos fundamentais como a “hibridez cultural” e o “terceiro espaço” para desconstruir as dicotomias rígidas. A hibridez, diz, não se esgota numa mera fusão de culturas, emergindo como um processo ambivalente de negociação e tradução cultural no contacto entre colonizador e colonizado. O colonizado adota comportamentos e atributos do colonizador, expondo as contradições inerentes ao poder colonial e gerando identidades *in-between*, isto é, posicionamentos liminares que subvertem binarismos como “nós”/“outros”. O autor afirma que o terceiro espaço constitui o *locus* privilegiado dessa hibridez, um interstício liminar entre culturas, nem inteiramente colonizadora nem colonizada. Os significados novos, neste espaço que emerge, são produzidos por meio da enunciação cultural, onde negociações dialéticas desafiam noções de autenticidade e essencialismo cultural. Assim, este espaço não é um vazio, mas, sim, um local de produção, onde emergem identidades de tensões e ambiguidades, funcionando como uma estratégia de resistência pós-colonial. De acordo com Bhabha (1994/1998), é neste “terceiro espaço” que ocorrem trocas culturais mútuas, resultando em potencialidades disruptivas contra narrativas hegemónicas. O discurso de Helena conjuga memórias diacrónicas que explicam não apenas a sua história pessoal, mas a construção histórica do *locus* e dos tempos que habitou e a construíram: a história de Belém do Pará, a mestiçagem entre índios, negros e portugueses (palavras de Helena) que se manifestam nas práticas alimentares, nos contos e nas lendas e na carga dramática que atravessa gerações, memória de grupo e memória social (Halbwachs, 1994). O percurso de Helena enfatiza a relacionalidade, a hibrididade e as migrações multidireccionais num mundo globalizado (Friedman, 1996).

A etnografia imigrante e a herança cultural favorecem as narrativas biográficas em contextos como Beja, onde as identidades brasileiras emergem em negociação constante (Clifford, 1997/2010; Clifford & George, 1986/2016): a língua é a mesma, contudo, com frequência, aparenta ser outra; as referências aos comportamentos em situações de rutura com o quotidiano, como, por exemplo, festas de aniversário, são distintas dos portugueses, gerando situações comunicacionais equívocas e estigmatizando.

Goffman (1963/1981) define “estigma” como um atributo que desqualifica socialmente um indivíduo, reduzindo-o: deixa de ser uma “pessoa normal” e torna-se alguém “estragado e diminuído” nas interações quotidianas, donde resultam discrepâncias entre identidade “virtual” (esperada) e “real” (observada), que potencialmente excluem. Um dos estigmas que o autor identifica é o estigma tribal (etnia, religião, postura corporal, linguagem), com elevado impacto nas relações sociais e interpessoais. Como resposta, as pessoas e os grupos estigmatizados recorrem a técnicas como *passing* (esconder o estigma), *covering* (minimizar visibilidade) ou recorrem a grupos de apoio, negociando aceitação em contextos sociais onde as normas definem o “normal”. Reconstituem-se, portanto, em termos identitários.

Helena passou por situações que a deixaram, no mínimo, desconfortável: apareceu em almoços ou jantares demasiado bem vestida e maquilhada (sendo, frequentemente, a única mulher a “romper com a roupa quotidiana”); usava frequentemente a interjeição “oi!” e as palavras “moça” e “moço”; e não se inibia de frequentar os cafés em aldeias dos arredores de Beja, mesmo sozinha. Com o tempo, adaptou-se a um novo normal e foi sendo aceite (embora haja ainda resistências, sobretudo da parte de mulheres, que continua, paulatinamente, a tentar vencer), mostrando que, não obstante vivermos numa aldeia global, os contextos territoriais locais são determinantes na integração de migrantes. Convoquemos, então, Appadurai (1996), que desafia as visões tradicionais da globalização, concentrando-se nos fluxos culturais em vez do determinismo económico. O autor argumenta que a modernidade surge da migração em massa e dos meios de comunicação eletrónicos, produzindo novas formas de imaginação que remodelam identidades para além dos Estados-nação. De facto, as sociedades não são estáticas e a imigração implica a construção de identidades “translocais” através de paisagens mediáticas e étnicas (Appadurai, 1996), que transformam a paisagem bejense.

Helena construiu uma realidade híbrida, externalizando práticas culturais de origem, objetivando-as na sua comunidade diaspórica e internalizando normas do país de acolhimento através da socialização secundária. Os estereótipos e os estigmas (como o de “imigrante precário” no início deste percurso migratório) são realidades objetivadas que Helena desafiou através de “conversas definidoras” e de redes, ao negociar “uma identidade” transnacional em contextos de integração (Berger & Luckmann, 1966/1999).

Neste cruzamento de culturas e coconstrução de hibridismos, Cahen (2013) questiona a existência de uma “cultura lusófona” unificada, afirmando que ela não existe enquanto fenómeno específico, apesar das culturas que usam o português para se expressarem. Distingue “lusitanidade” (visão etnocêntrica portuguesa do império) de “lusofonia” (suposta comunidade pós-colonial baseada na língua), vendo a lusofonia como lógica assombrada do pós-império, mais ideológica que real, argumentando que as ditas identidades lusófonas são construções políticas pós-1974, não culturais naturais. Considera que não existe uma “cultura lusófona” específica; há apenas culturas que usam o português como ferramenta de expressão, sem textura coesa ou identidade partilhada. Neste contexto, as culturas brasileiras e portuguesas não estarão mais próximas do que outras, o que explica, em parte, conflitos, mal-entendidos, dificuldades de comunicação e de reconhecimento mútuo, traduzidos num discurso sem culpados ou mágoa, que impregna discursos de quem está e de quem vem e justificando plenamente a necessidade de dar relevo e espaço à mediação intercultural.

Mediações Possíveis: O Papel da Mediação Intercultural

Nos locais onde as pessoas e as coisas se cruzam e onde as forças institucionais trabalham para disciplinar encontros conflituosos, podemos aspirar à superação de estereótipos, ao reconhecimento de histórias divergentes e ao fortalecimento de identidades, também “pós-coloniais” e “tribais” em contextos de globalização. Os grandes dilemas atuais colocam-se em termos transculturais e perpassam viagens, diásporas,

travessia de fronteiras e a construção de lares longe da terra natal e a integração (em que a identidade não se perca, mas, inevitavelmente, se transforma) se construa de modo pacífico. A construção de “lares longe do lar” (Clifford, 1997/2010), num mundo transnacional, incita à criação de novas transnacionalidades (Spivak, 2008), com a integração possível em novas comunidades. Os movimentos de pessoas e culturas no mundo contemporâneo, questionando fronteiras físicas, sociais e mentais, promovem a mudança e a construção de identidades compósitas. Porém, as memórias ligam o passado coletivo e individual, as origens, a herança e a história, sobretudo para quem deixou seus lugares de nascimento (Agnew, 2005). A constituição do lar, neste novo lugar de pertença, funde memórias e permite a construção de subjetividades (González, 2010) racializadas, sexualizadas, politizadas, por exemplo, e oposicionais nas diásporas (Agnew, 2005), criando o espaço de intimidade individual por excelência, sublinhando circulação afetiva, política e simbólica “entre o cá e o lá”.

Os preconceitos e estereótipos contra mulheres brasileiras em Portugal, como hipersexualização, suspeita moral e discriminação laboral, agravados em contextos locais como Beja, onde casamentos rompidos e fluxos migratórios femininos geraram estigma e exclusão social, são frequentes e causam desconforto e causam a estas mulheres sentimentos de rejeição. Estes elementos justificam a mediação para gerir conflitos culturais, promover diálogo mútuo e superar mal-entendidos linguísticos/comunicacionais. Atendendo a que que migrantes brasileiros, sobretudo mulheres, enfrentam discriminação por nacionalidade, a mediação intercultural é crucial para inclusão e empoderamento em serviços públicos e comunidades.

A intervenção deve envolver mediadores interculturais como terceiros neutros, formados em mediação intercultural, atuando em equipas locais com enfoque comunitário para facilitar a comunicação, criar redes de apoio e prevenir conflitos em saúde, emprego e integração quotidiana. A operacionalização da mediação deve ser assegurada via investigação-ação colaborativa: capacitação partilhada, ciclos de planeamento-ação-reflexão com migrantes e instituições, promovendo pertença e empoderamento em contextos como Beja (por exemplo, articulação com o Instituto Politécnico de Beja e a Câmara Municipal de Beja).

Estes processos de mediação devem prever formação contínua para equipas de mediação, financiamento sustentável e monitorização de resultados, como sejam a redução de queixas e a melhoria na coabitação cultural.

Portugal implementa a mediação intercultural em percursos migratórios para facilitar a integração, reduzir os conflitos e promover o diálogo, com exemplos em municípios e projetos nacionais. Estes casos envolvem mediadores locais que apoiam migrantes em questões como a saúde, a educação e o emprego.

Conclusões

A análise da trajetória biográfica de Maria Helena (Nena) evidencia a relevância das narrativas de vida enquanto estratégia metodológica privilegiada para a compreensão

dos processos migratórios contemporâneos, em particular das migrações femininas qualificadas. O estudo confirma que a mobilidade académica e profissional, embora associada à posse de elevado capital intelectual, não é suficiente para neutralizar desigualdades estruturais relacionadas com o género, a nacionalidade e as hierarquias pós-coloniais, as quais tendem a reproduzir-se em contextos institucionais, académicos e comunitários nas sociedades de acolhimento.

O caso em análise demonstra que mulheres brasileiras migrantes em Portugal continuam expostas a processos de estigmatização, desvalorização simbólica e suspeição moral, sobretudo em territórios de menor densidade urbana, onde as representações sociais e os mecanismos de controlo social assumem maior visibilidade. A interseção entre género, origem nacional, classe social e capital académico revela-se, assim, central para a compreensão das experiências migratórias, corroborando a pertinência das abordagens interseccionais no campo dos estudos sobre migrações.

Do ponto de vista teórico, a trajetória de Maria Helena confirma a utilidade analítica dos conceitos de “hibridéz cultural”, “identidade processual” e “transnacionalismo” na leitura das dinâmicas identitárias em contextos diaspóricos. A constituição de identidades compósitas, situadas num “terceiro espaço” de negociação simbólica, evidencia que o pertencimento não se configura como um atributo fixo ou essencial, mas como um processo relacional, contingente e historicamente situado, produzido na articulação entre memórias, práticas sociais e experiências de reconhecimento ou exclusão.

A inserção profissional de Maria Helena no ensino superior ilustra, simultaneamente, as potencialidades e os limites da educação enquanto mecanismo de mobilidade social e integração. Se, por um lado, a qualificação académica constitui um recurso fundamental para o acesso a posições de maior reconhecimento simbólico, por outro, a sua eficácia permanece condicionada por estruturas institucionais e representações sociais que hierarquizam saberes e reproduzem desigualdades entre centros e periferias do conhecimento. Este dado reforça a necessidade de uma reflexão crítica sobre os processos de validação, reconhecimento e circulação do capital intelectual migrante no contexto português.

Neste enquadramento, a mediação intercultural emerge como um instrumento analítico, institucional e político de particular relevância. Mais do que um mecanismo de resolução pontual de conflitos, a mediação intercultural deve ser entendida como uma prática estruturante de promoção do diálogo, do reconhecimento mútuo e da justiça social em contextos marcados pela diversidade cultural. A experiência analisada evidencia que muitos dos conflitos, mal-entendidos e processos de exclusão vivenciados por mulheres migrantes decorrem de falhas comunicacionais, assimetrias de poder simbólico e desconhecimento mútuo, dimensões que a mediação intercultural está particularmente vocacionada para abordar.

A institucionalização de práticas de mediação intercultural, através da integração de mediadores formados em equipas locais e serviços públicos, assume especial importância em contextos territoriais como o de Beja, onde a proximidade social intensifica tanto os mecanismos de exclusão como as possibilidades de intervenção comunitária. A mediação pode desempenhar um papel fundamental na desconstrução de

estereótipos associados às mulheres brasileiras, na facilitação do acesso a direitos e serviços, na prevenção de conflitos interculturais e na promoção de processos de integração assentes no reconhecimento da diversidade e na valorização do capital humano migrante.

Não obstante os contributos apresentados, o presente estudo apresenta limitações que importa explicitar. Trata-se de uma investigação assente num único estudo de caso, o que condiciona a generalização dos resultados. A centralidade da narrativa biográfica implica, igualmente, uma leitura situada e mediada, sujeita a processos de seleção, memória e interpretação. Acresce a ausência de uma abordagem comparativa sistemática com outras trajetórias migratórias femininas, que permitiria aprofundar regularidades e diferenças nos processos de integração, estigmatização e reconhecimento.

Estas limitações apontam, contudo, para pistas relevantes de investigação futura. Estudos comparativos envolvendo múltiplas narrativas de mulheres migrantes qualificadas, em diferentes contextos territoriais, poderão contribuir para uma compreensão mais abrangente das interseções entre género, migração e capital académico. A articulação de metodologias qualitativas e quantitativas permitiria aprofundar os mecanismos institucionais que condicionam o reconhecimento do capital intelectual migrante. Por fim, revela-se particularmente pertinente o desenvolvimento de investigações avaliativas sobre práticas de mediação intercultural, analisando o seu impacto efetivo na redução de estereótipos, na melhoria das interações institucionais e na promoção da coesão social em contextos locais.

Em síntese, a história de vida de Maria Helena constitui um contributo relevante para a compreensão das dinâmicas migratórias femininas em Portugal, evidenciando as tensões entre mobilidade, reconhecimento e desigualdade. Simultaneamente, sublinha a necessidade de reforçar políticas públicas e práticas institucionais que integrem a mediação intercultural como eixo central das estratégias de integração, promovendo sociedades mais inclusivas, equitativas e socialmente coesas.

Agradecimentos

A equipa de autores agradece a disponibilidade e o contributo da colega Maria Helena Cachopo para a prossecução desta investigação.

Referências

- Agência para a Integração, Migrações e Asilo. (2025). *Relatório migrações e asilo 2024*. <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/fec4d6a712-1760603125/relatorio-migracoes-e-asilo-2024.pdf>
- Agnew, V. (2005). *Diaspora, memory and identity: A search for home*. University of Toronto Press.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large*. University of Minnesota Press.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1999). *A construção social da realidade* (E. de Carvalho, Trad.). Dinalivro. (Trabalho original publicado em 1966)

Bhabha, H. K. (1998). *O local da cultura* (M. Ávila, E. Lourenço de Lima Reis, & G. R. Gonçalves, Trans.). Editora UFMG. (Trabalho original publicado em 1994)

Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. Richardson (Ed.), *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241-258). Greenwood.

Cahen, M. (2013). 'Portugal is in the sky': Conceptual considerations on communities, lusitanity, and lusophony. In E. Morier-Genoud & M. Cahen (Eds.), *Imperial migrations: Colonial communities and diaspora in the Portuguese world* (pp. 297-315). Palgrave Macmillan.

Centro Internacional de Investigação em Migração e Diáspora Académica Brasileira. (2025). *Relatório executivo: Mapeamento da diáspora científica brasileira em Portugal*. https://om.aima.gov.pt/wp-content/uploads/2025/07/Relatorio-Executivo-Final-atualizado-24-06_compressed-2-1.pdf

Clifford, J. (2010). *Itinerarios transculturales* (M. Reilly de Fayard, Trad.). Editorial Gedisa. (Trabalho original publicado em 1997)

Clifford, J., & Marcus, G. E. (Eds.). (2016). *A escrita da cultura: Poética e política da etnografia* (M. C. Coelho, Trad.). Papéis Selvagens/EdUERJ. (Trabalho original publicado em 1986)

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial. (2023). *Relatório anual 2022: Igualdade e não discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem*. Alto Comissariado para as Migrações.

Costa, A. (2023). Uma análise da discriminação de imigrantes brasileiros em Portugal. In E. Silva & C. Casimiro (Eds.), *Migrações, famílias e desigualdades* (pp. 18-52). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.

Cunha, I. (2005, 5-9 de setembro). *Mundos imaginados: As brasileiras e os media em Portugal* [Apresentação de comunicação]. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, Brasil.

Edvinsson, L., & Malone, M. (1997). *Intellectual capital: Realizing your company's true value by finding its hidden brainpower*. Harper Business.

Friedman, S. S. (1996). *Mappings: Feminism and the cultural geographies of encounter*. Princeton University Press.

Goffman, E. (1981). *Estigma* (M. B. de M. L. Nunes, Trad.). LTC. (Trabalho original publicado em 1963)

González, E. P. (2010). Deslocamento/desplacamento. In Z. Bernd (Ed.), *Dicionário das mobilidades culturais: Percursos americanos* (pp. 109-127). Literalis.

Halbwachs, M. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Albin Michel.

Hall, S. (2003). Da diáspora: Identidades e mediações culturais (A. L. G. Resende, A. C. Escosteguy, C. Álvares, F. Rüdiger, & S. Amaral, Trans.). Editora UFMG; Representação da UNESCO no Brasil.

Lechner, E. (2014). Pesquisa biográfica junto de imigrantes em Portugal: Experiência de pesquisa participativa e relevância analítica dos testemunhos privados. *História (São Paulo)*, 33(1), 97-108. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742014000100006>

Maalouf, A. (2002). *As identidades assassinas* (S. S. Pereira, Trad.). Difel. (Trabalho original publicado em 1998)

Ortner, S. B. (1996). *Making gender: The politics and erotics of culture*. Beacon Press.

Padilla, B. (2006). Integração dos "imigrantes brasileiros recém-chegados" na sociedade portuguesa: Problemas e possibilidades. In I. J. R. Machado (Ed.), *Um mar de identidades: A imigração brasileira em Portugal* (pp. 19-42). EdUFSCar.

Posch, P., & Cabecinhas, R. (2020). Estar presente na ausência: A construção semiótica da imigração brasileira recente em Portugal nos média brasileiros. *Comunicação e Sociedade*, 38, 201-217. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2592](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2592)

PORDATA. (2021). *População estrangeira com estatuto legal de residente: Total e por algumas nacionalidades*. <https://www.pordata.pt/municipios/populacao+estrangeira+com+estatuto+legal>

Queiróz, C., Cabecinhas, R., & Cerqueira, C. (2020). Migração feminina brasileira e a experiência do envelhecimento em Portugal: Sexismo e outros “ismos”. *Equatorial*, 7(12), 1-23. <https://doi.org/10.21680/2446-5674.2020v7n12ID17914>

Spivak, G. C. (2008). Diasporas old and new: Women in the transnational world. *Textual Practice*, 10(2), 245-269. <https://doi.org/10.1080/09502369608582246>

Vaz, C., Inomata, D., Viegas, C., Selig, P., & Varvakis, G. (2015). Capital intelectual: Classificação, formas de mensuração e questionamento sobre usos futuros. *Navus: Revista de Gestão e Tecnologia*, 5(2), 73-92.